

*Ata da 21ª Sessão Extraordinária da Assembleia Legislativa
do Estado da Bahia,
em 17 de dezembro de 2015.*

Presidência do Senhor Deputado Marcelo Nilo. À hora marcada, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos Srs. Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Castro, Alan Sanches, Alex da Piatã, Alex Lima, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Antônio Henrique Júnior, Bira Corôa, Bobô, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fábio Souto, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Gika, Ivana Bastos, Jânio Natal, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Jurandy Oliveira, Leur Lomanto Júnior, Luciano Simões Filho, Luiz Augusto, Luiza Maia, Manassés, Marcelino Galo, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Marquinho Viana, Nelson Leal, Neusa Cadore, Pablo Barrozo, Pastor Sargento Isidório, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Robério Oliveira, Robinho, Rosemberg Pinto, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Targino Machado, Tom Araújo, Vando, Zé Neto, Zé Raimundo e Zó (53). O Sr. Presidente, invocando a proteção de Deus, declarou aberta a Sessão com o objetivo de apreciar as seguintes matérias: Projeto de Lei nº 21.642/2015, Projeto de Emenda Constitucional nº 148/2015 e o Requerimento de Urgência nº 8.611/2015 para o Projeto de Lei nº 21.642/2015, de autoria do Poder Executivo. Não houve Pequeno Expediente. GRANDE EXPEDIENTE – Horário do PSDB/PRB/PSC – O Deputado Adolfo Viana comentou os projetos enviados pelo Executivo que propõem a retirada de direitos adquiridos pelos servidores; disse que a Oposição tem chamado atenção para a inconstitucionalidade de algumas matérias e condenou o número de projetos a ser apreciado em regime de urgência. Por fim, defendeu a independência do Poder Legislativo. O Deputado Carlos Geilson criticou os projetos enviados pelo Executivo referentes aos servidores públicos, avaliando que têm o propósito de cobrir “o rombo” herdado do governo passado, que “foi perdulário”. Comentou o problema da segurança pública em todo o Estado, apresentando dados das mortes dos profissionais da área, ressaltando o risco inerente à atividade. Condenou o aumento contínuo da criminalidade e da violência e cobrou a punição dos “maus policiais”, que abusam da autoridade e cometem exageros. Horário do PMDB – O Deputado Luciano Simões Filho tratou do pacote de projetos enviados pelo Executivo, avaliando que a crise financeira do Estado não pode punir o servidor público. Considerou, baseado em fatos jurídicos, que o impeachment da Presidente Dilma Rousseff não representa uma tentativa de golpe; comentou a crise econômica, que afetou a credibilidade do Brasil no exterior, e mencionou a demissão do Ministro Joaquim Levy, avaliando que ele saiu por não concordar com a política econômica do PT. Tratou da votação da PEC nº 148/2015 nesta Sessão e declarou que a Base de Oposição se opõe a todas as matérias que prejudicam os direitos dos servidores. O Deputado

Sildevan Nóbrega condenou a PEC nº 148/2015, avaliando que o Governador Rui Costa deveria retirar a proposta, que não conta com o apoio da Base de Oposição, e lembrou que o servidor público sempre apoiou o PT. Criticou a atual gestão, em razão do grande número de projetos que têm causado prejuízos para o povo e para o funcionalismo, assim como a eficiência da administração do Executivo.

Horário do DEM/PV – O Deputado Sandro Régis disse que a Base de Oposição vem, ao longo do processo de apreciação das matérias dos servidores, defendendo que projetos dessa natureza tenham o trâmite normal, tendo em vista a complexidade dos assuntos. Informou que o Executivo enviou 24 projetos, sendo oito em regime de urgência, no que contou com a conivência desta Casa, tempo em que criticou a falta de independência deste Poder. Encerrou informando que a Bancada de Oposição entrou com um mandado de segurança, em razão da inconstitucionalidade de uma das matérias. O Deputado Pablo Barrozo condenou a proposta do Governo para alterar o Estatuto do Servidor Público, lembrando a luta do servidor para ingressar no setor público. Criticou a retirada de direitos adquiridos através da aprovação da PEC nº 148/2015 e comentou o projeto dos defensores públicos, retirado, através de uma liminar, da pauta de votação. Criticou alguns atos praticados pelo Governo e avaliou que o Estado tenta amenizar a crise econômica punindo o funcionalismo e a população. O Sr. Presidente, atendendo a requerimento legalmente assinado, convocou uma Sessão Extraordinária a ser iniciada um minuto após o encerramento desta, com base no inciso II, do art. 92 do Regimento Interno, com o objetivo de apreciar as seguintes matérias: Projeto de Lei nº 21.642/2015 e o Projeto de Emenda Constitucional nº 148/2015.

ORDEM DO DIA – Submetido ao Plenário, foi aprovado com 32 votos favoráveis, 07 votos contrários e 01 abstenção, o Requerimento de Urgência nº 8.611/2015 para o Projeto de Lei nº 21.642/2015, de autoria do Poder Executivo, que “Altera a Lei nº 12.371, de 21 de dezembro de 2011, e dá outras providências”. Usaram da palavra para encaminhar a matéria os Deputados Pablo Barrozo e Luciano Simões Filho. O Sr. Presidente anunciou a 1ª discussão e votação do Projeto de Emenda Constitucional nº 148/2015, de autoria do Poder Executivo, que “Modifica o regime de concessão da vantagem pessoal em razão do exercício de cargo de provimento temporário e revoga o art. 39, o inciso XXVIII do art. 41 e o § 2º do art. 140, todos da Constituição Estadual e dá outras providências”. Começaram a discutir a matéria os Deputados Sandro Régis, Pablo Barrozo e Sildevan Nóbrega. O Sr. Presidente, em razão da necessidade de cumprir o horário para abertura da Sessão Ordinária, declarou encerrada a Sessão, à qual deixaram de comparecer os Srs. Deputados: Augusto Castro, David Rios, Herzem Gusmão, Hildécio Meireles, Luciano Ribeiro, Marcell Moraes, Paulo Câmera, Roberto Carlos, Rogério Andrade e Soldado Prisco (10).

PRESIDENTE –

1º SECRETÁRIO –

2º SECRETÁRIO –